

PODER E IDEOLOGIA: A IMAGEM DO REGIME MILITAR NO JORNAL O TAQUARYENSE (1964-1969)¹

Leonel Renato von Mühlen²

Resumo: Este artigo analisa a imagem do regime militar brasileiro no jornal *O Taquaryense*, entre 1964 e 1969, e a postura adotada pelo periódico sobre a questão política do período proposto. Partindo da hipótese de que as matérias expressavam um tom opinativo buscando justificar o golpe de 1964 e, desta forma, convencer a opinião pública de que as atitudes tomadas pelos grupos militares eram necessárias para a manutenção dos princípios democráticos no país, percebeu-se que as publicações do semanário carregavam a presença de um discurso ideológico. Para verificação de tal hipótese, foram elaboradas análises e contextualizações que identificam o jornal *O Taquaryense* como um jornal político-partidário, o qual objetivava a manutenção dos “revolucionários” à frente do governo central.

Palavras-chave: Jornal *O Taquaryense*. Regime Militar. Ideologia. Comunicação.

O objetivo deste artigo visa a contextualizar, através de documentos primários e fontes bibliográficas, a imagem do regime militar brasileiro no jornal *O Taquaryense*, entre 1964 e 1969, e a postura adotada pelo periódico sobre a questão política do período proposto. Partindo da hipótese de que as matérias expressavam um tom opinativo buscando justificar o golpe de 1964 e, dessa forma, convencer a opinião pública de que as atitudes tomadas pelos grupos militares eram necessárias para a manutenção dos princípios democráticos no país, percebeu-se que as publicações do semanário carregavam um discurso ideológico. Para verificação de tal hipótese, foram elaboradas análises e contextualizações que identificam o jornal *O Taquaryense* como um jornal político-partidário, o qual objetivava a manutenção dos “revolucionários” à frente do governo central.

Uma vez que o acervo foi pouco pesquisado, buscou-se analisar a imagem veiculada pelo jornal *O Taquaryense* sobre o regime militar durante os anos de 1964 (quando da deflagração do golpe) a 1969 (momento em que se encerrou o

1 Ver trabalho completo em MUHLEN, Leonel Renato von. Poder e Ideologia: a imagem do regime militar no jornal *O Taquaryense* (1964-1969). Monografia do curso de História da Univates, Lajeado, 2006.

2 Licenciado em História pelo Centro Universitário Univates; professor do Colégio Alberto Torres (CEAT/Lajeado-RS).

governo Costa Silva, um presidente originário do Vale do Taquari), analisando as publicações sobre as questões políticas do período. O Marechal Arthur da Costa e Silva, por estar envolvido nos atos de deposição do presidente Goulart, acabou obtendo o cargo de Ministro da Guerra no governo militar de Castelo Branco para, em seguida, tornar-se presidente da República. Esse se tornou o motivo do recorte no tempo entre os anos de 1964 – o golpe – e de 1969 – término do governo Costa e Silva.

A esse respeito, é importante destacar o elevado número de publicações sobre o regime “revolucionário” implementado em abril de 1964. Num primeiro momento, tendo havido a consolidação das Forças Armadas frente ao governo, O Taquaryense iniciou a difusão de um amplo apoio às medidas adotadas pelos militares, classificando aquelas como necessárias para a manutenção da ordem e do afastamento da ameaça comunista. Muito mais do que informar os motivos que desencadearam o golpe, as publicações do periódico revelaram um tom extremamente opinativo, buscando convencer a opinião pública de que as atitudes dos militares seriam benéficas para a sociedade brasileira. Já num segundo momento, prosseguindo com a construção de uma ideologia dominante, o semanário acabou propagando os ideais de um grupo social que objetivava ter o apoio da opinião pública, conquistando, assim, a base de sustentação do poder.

Ao revelar este amplo apoio às medidas adotadas pelos grupos militares, elaborou-se como primeira hipótese o fato de o jornal O Taquaryense apoiar o golpe, especialmente pela ligação que o Marechal Arthur da Costa e Silva mantinha com sua cidade natal. Tendo em vista que Costa e Silva ocupava o cargo de Ministro da Guerra em 1964 e, posteriormente, o de presidente da República, o semanário procurou sustentar a imagem positiva de um regime democrático, utilizando a estratégia de ocultamento de informações sobre a repressão, sobre as prisões e sobre as torturas.

A ligação existente, entre o apoio dado ao golpe, através das publicações do jornal O Taquaryense ao governo militar e a posição favorável às medidas adotadas pelo Presidente Costa e Silva, levam a formulação de uma segunda hipótese: a de que o semanário estaria propagando uma ideologia de dominação sobre a opinião pública, sendo o periódico um instrumento de controle social.

Desde o golpe civil/militar de primeiro de abril de 1964, percebeu-se que o jornal O Taquaryense deu absoluto apoio ao novo governo, posicionando-se a favor do mesmo, especialmente pelo fato de o general Arthur da Costa e Silva³ estar envolvido entre os responsáveis pelo movimento de 1964. Através das notícias veiculadas em suas páginas, o periódico acabou revelando um tom opinativo que buscou convencer seus leitores de que o regime militar era importante para o Brasil, já que essas ações representariam a reinstalação da ordem e dos princípios democráticos e cristãos do povo brasileiro, os quais estavam sendo ameaçados pelas manobras comunistas de elementos infiltrados no governo de João Goulart

3 O general Arthur da Costa e Silva nasceu no município de Taquari, cidade do Estado do Rio Grande do Sul.

(1961-64). Tal constatação é perceptível na edição de *O Taquaryense* de quatro de abril de 1964, a primeira após a tomada do poder:

Eclodiu terça-feira última, em Minas Gerais, sob a chefia do general Olímpio Mourão Filho, comandante da guarnição de Juiz de Fora, um movimento de rebeldia contra o Governo Federal, que teve logo o apoio do general Amauri Kruehl, comandante do 2º Exército e dos Governadores Magalhães Pinto, Ademar de Barros, Carlos Lacerda, Ildo Meneghetti, Nei Braga, respectivamente de Minas Gerais, São Paulo, Guanabarra, Rio Grande do Sul, Paraná e outros. O pronunciamento militar, segundo proclamação dos seus responsáveis, foi feito em defesa da Constituição e dos princípios democráticos e cristãos do povo brasileiro, ameaçados pelas manobras comunistas dos elementos infiltrados no Governo, que vinham solapando o prestígio da autoridade e da hierarquia numa flagrante tentativa de bolchevização do Brasil.

Todavia, antes de analisarmos as matérias publicadas pelo jornal, precisamos compreender a conjuntura política, econômica e cultural que desencadeou o golpe civil/militar de primeiro de abril de 1964. Destaca-se, pois, que será feita uma breve análise do contexto que antecedeu o golpe, e traçarei as ideias básicas, mesmo não sendo este o objeto central de análise.

O plano de tomada do poder pelos militares iniciou no ano de 1961, quando Jânio Quadros, após sete meses de governo, renunciou à presidência da República. Enquanto o país atravessava graves problemas sociais, como os altos índices de desemprego e níveis de vida extremamente baixos para a maior parcela da população, Jânio Quadros renunciou à presidência, acreditando que, dessa forma, regressaria ao governo com o apoio da classe média, dos empresários e de grupos militares, tendo assim maior concentração de poder para a implementação de medidas na área econômica e política. Contudo, nenhum desses grupos aderiu à iniciativa. Tendo em vista que o vice-presidente, João Goulart estava em visita oficial à China “comunista”, os ministros militares não aceitaram que o vice-presidente assumisse, alegando a possível influência dos países socialistas sobre o processo político do país, o que levaria a um golpe de estado e, conseqüentemente, à instalação do sistema socialista no Brasil.

Percebendo as articulações golpistas dos grupos militares, Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, criou o “Movimento da Legalidade”. Utilizando uma rede de rádios gaúchas e de outros estados, conclamou o povo a ir às ruas a fim de que a Constituição fosse respeitada, dando a posse do governo da República ao vice-presidente, João Goulart. Diante daquela tentativa de romper com a legalidade vigente, houve uma mobilização popular de resistência, comandada pelo governador do Rio Grande do Sul da época, Leonel Brizola, à frente da polícia daquele estado, até então subordinada ao governador e não às Forças Armadas. Jango retornou da China via Porto Alegre e dali reafirmou seu direito a assumir a presidência. (SADER, 1990, p. 13.)

Para que Jango pudesse assumir a presidência, parte dos golpistas exigiam a implementação de um novo sistema de governo, o parlamentarista, pois assim o presidente teria seus poderes restringidos, passando a nação a ser dirigida pelo

primeiro-ministro, que poderia ser facilmente controlado pelos militares. Entretanto, outra ala dos golpistas exigia a imediata queda do governo e a criação de uma Junta Militar, a qual seria responsável pela reinstalação da ordem e do afastamento da ameaça comunista. A ala golpista que defendia o sistema parlamentarista venceu e João Goulart pôde assumir a presidência. Porém, seu governo esteve atrelado a esse novo sistema, limitando assim o seu poder.

Pressionado pelos movimentos populares, como os trabalhadores urbanos e o campesinato, e pela classe empresarial que exigia o fim das tensões sociais, Goulart reivindicou maiores poderes para combater a crise que o país enfrentava. Através da realização de um plebiscito, no qual a população decidiria pela permanência ou pelo fim do presidencialismo, Goulart poderia retomar o poder.

O presidencialismo venceu e João Goulart assumiu integralmente o governo, podendo combater a crise econômica através da implementação de novas medidas. Entretanto, grupos civis/militares descontentes com a manobra política de Goulart criaram mecanismos conspiratórios para a sua queda. De acordo com Maria Helena Moreira Alves (1984, p. 21), essa conspiração foi consequência direta de uma série de tendências e contradições que vinham ganhando vulto nos anos anteriores. O governo de Goulart promovera uma série de restrições aos investimentos multinacionais, configuradas, entre outras medidas, numa severa política de controle das remessas de lucros, de pagamentos de *royalties* e de transferências de tecnologia, assim como em legislação antitruste e em negociação para a nacionalização de grandes corporações estrangeiras. Adotou também uma política nacionalista de apoio e concessão de subsídios diretos ao capital privado nacional, sobretudo aos seus setores não vinculados ao capital estrangeiro.

Para Moreira Alves, as medidas adotadas por João Goulart desagradavam tanto a antigos aliados, que exigiam medidas mais profundas nas áreas sociais, quanto aos grupos conservadores, que consideravam essas medidas extremamente perigosas às suas organizações. Porém, para Dreifuss, suas ações favoreceram a classe trabalhadora e tiveram o apoio popular, já que seu programa era reformista, favorecendo a participação popular:

As limitações das remessas de royalties forçaram as companhias multinacionais a fazer exatamente o que haviam evitado durante os períodos de Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros, ou seja, investir capital no país pelo fato de terem de reinvestir seus próprios lucros. A administração de João Goulart tentou também conseguir o monopólio estatal da importação de petróleo e desapropriar as cinco refinarias privadas do Brasil, assim como rever as concessões de mineração dadas às corporações multinacionais. Na frente trabalhista, tentou reajustar estabelecendo uma política de controle de preços e supervisionar a distribuição dos bens básicos de consumo. Essa reforma visou a desapropriação, com compensação prévia e efetiva, de áreas não cultivadas localizadas a curta distância de ferrovias e rodovias. O governo objetivou também controlar e limitar o redesconto bancário, junto a outras medidas para combater a especulação financeira; quanto à dívida externa o governo objetivou reescalonar o seu pagamento renegociando com os países credores. Tais medidas forçaram a comunidade financeira dos Estados Unidos a aceitar as mesmas condições que os credores europeus. [...] João Goulart propôs uma reestruturação do sistema tributário baseado na taxaço

da renda, uma reforma eleitoral dando a analfabetos e soldados o direito a voto e concedendo novamente a sargentos a elegibilidade ao legislativo, bem como uma reforma do sistema educacional estendendo seus benefícios às classes populares (DREIFUSS, 1981, p. 132).

Tais decretos representaram a conquista de algumas reivindicações das classes populares. Porém, a classe média, o empresariado nacional e estrangeiro e as Forças Armadas difundiram a ideia de que o país rumava para um novo sistema político e econômico, o socialismo. Estes grupos - civil e militar - passaram a defender uma alteração profunda, radical e necessária da nação a partir da queda do presidente da República. Assim, tais grupos auxiliaram no aprofundamento da crise interna do país e na desestabilização do governo. Os investimentos do capital estrangeiro se tornaram escassos fazendo com que a economia desacelerasse ainda mais:

A tomada do poder de Estado foi precedida de uma bem orquestrada política de desestabilização que envolveu corporações multinacionais, o capital brasileiro associado-dependente, o governo dos EUA e militares brasileiros – em especial um grupo de oficiais da Escola Superior de Guerra (ESG). Documentos recentemente tornados públicos demonstram que o governo norte-americano, através da CIA, agiu em coordenação com civis e oficiais militares-membros das classes clientelísticas – no preparo e realização de planos para desestabilizar o governo Goulart. A conspiração foi levada a efeito através de instituições civis de fachada, em especial o Instituto Brasileiro de Estudos Sociais (IPES). A Escola Superior de Guerra coordenava as iniciativas de conspiradores civis e militares (ALVES, 1984, p. 23).

Além de tais fatores, havia outros que eram utilizados como justificativa para a queda do governo Goulart, como a circulação clandestina de jornais que defendiam a causa operária e os ideais comunistas. Exemplo disso era a circulação do jornal *Novos Rumos*, divulgador dos ideais do Partido Comunista do Brasil. Quando houve a Rebelião dos Marinheiros, amotinados na sede do Sindicato dos Metalúrgicos em São Cristóvão, no Rio de Janeiro, em março de 1964, o jornal *Novos Rumos* fez circular uma edição extra, exaltando o movimento. Esse fato acabou desencadeando uma reação que justificava a pregação dos grupos de direita de que os comunistas estavam orientando a quebra de hierarquia e da disciplina nas forças armadas, com vistas a desencadear o golpe (NEVES; MOREL, 1998).

Outro ponto a ser destacado era o controle exercido pelas agências estrangeiras de publicidade sobre a imprensa nacional. Enviando grandes quantidades de dinheiro ao país, acabaram financiando a indústria anticomunista. Conforme Sodré, boletins fartamente distribuídos, horários em emissoras de todos os Estados do País, livros e livretos, todos com as mesmas temáticas, o anticomunismo (SODRÉ, 1999, p. 423).

Além desse método, Sodré cita haver uma segunda forma de publicidade anticomunista na imprensa nacional, tornando a situação ainda mais complicada que seria a concorrência estrangeira que as revistas nacionais sofriam.

O segundo caso é mais complicado. Funciona na concorrência a revistas brasileiras – em geral editadas por empresas médias, que se dedicam ao ramo de publicações especializadas, dirigidas para os executivos, os homens de negócios, etc. Empresas que lutam com falta de recursos, que enfrentam o

problema do papel caro, etc. Com as revistas “Made in Brazil” o negócio é diferente. Elas têm dólares. Têm programações de anúncios determinadas fora do Brasil – e ainda são copiosamente auxiliadas por empresas industriais estrangeiras em operação no País [...] assim, revistas estrangeiras já em circulação em nosso país, como Seleções e Visão, cujo sentido político e cuja missão não podiam passar despercebidos a ninguém, foram reforçadas por uma série de outras, cada uma orientada para um setor de opinião – médicos, engenheiros, dirigentes industriais, proprietários agrícolas, químicos, etc. [...] eram e são distribuídas gratuitamente a listas selecionadas de pessoas que jamais as solicitaram. Instalou-se no Brasil, assim, ao lado da grande imprensa mantida pelas agências estrangeiras de publicidade, uma outra imprensa, estrangeira mesmo [...] não havia como competir com tais publicações, tal a superioridade material com que se apresentaram e a gratuidade de sua distribuição. Era afrontosa, ousada e inédita operação de controle de opinião (SODRÉ, 1999, p. 423).

Contudo, é preciso destacar a participação dos grupos civis nas articulações do golpe, desenvolvendo organizações que representavam os interesses econômicos de membros nacionais e internacionais. Entre esses membros, pode-se citar o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). Criados no final do governo de Juscelino Kubitschek, recebiam contribuições financeiras de empresários nacionais e estrangeiros, sendo estes, na maioria, norte-americanos. Ambos instituía-se como entidades apartidárias, com objetivos educacionais e cívicos, não havendo o interesse de classe ou de grupos privados. Seriam instituições que auxiliariam a sociedade nas soluções dos problemas sociais e econômicos do país fortalecendo assim o regime democrático. De acordo com Dreifuss O IPES desenvolveu uma dupla vida política desde o seu início. Aos olhos de simpatizantes e defensores, a sua face pública mostrava uma organização de “respeitáveis homens de negócio” e intelectuais, com um número de técnicos de destaque, que advogavam participação nos acontecimentos políticos e sociais e que apoiavam a reforma moderada das instituições políticas e econômicas existentes. Seu objetivo ostensivo era estudar “as reformas básicas propostas por João Goulart e a esquerda, sob o ponto de vista de um tecno - empresário liberal” (DREIFUSS, 1981, p. 163).

Todavia, o que realmente esses grupos almejavam era uma transformação profunda na política nacional, sendo necessária uma readequação e reformulação do estado. Suas ações estavam voltadas para a disseminação dos seus ideais, manipulando membros tanto da elite quanto dos movimentos social, militar e estudantil. Organizaram-se com o objetivo de combater o comunismo no Brasil e influir nos rumos econômicos, políticos e sociais do país.

A igreja católica foi um dos grupos almejados que decidiu apoiar essa transformação mobilizando a classe média. Por meio das “Marchas da família, com Deus, pela liberdade” a Igreja conseguiu o apoio de uma significativa base social. Utilizando como justificativa o ateísmo comunista, a Igreja Católica acabou mobilizando milhares de pessoas nas principais cidades do país. Os protestos desencadearam uma nova força contrária ao governo, sendo também esse fato utilizado como justificativa junto aos grupos golpistas para a queda de Jango.

Jango, percebendo as articulações dos grupos de oposição, decidiu assumir uma postura e aprovou as reivindicações das classes populares, aprofundando assim o processo de reformas. No “Comício das Reformas”, ocorrido no dia 13 de março de 1964 no Rio de Janeiro, Jango anunciou medidas que favoreciam os trabalhadores urbanos e o campesinato, sendo que entre elas estava o congelamento dos valores dos aluguéis urbanos, a nacionalização de refinarias privadas de petróleo e a expropriação de terras próximas a estradas para a reforma agrária. Tais fatores foram importantes para os militares defenderem a tese de que o presidente estaria ao lado dos grupos de esquerda inimigos da nação, dos desordeiros que trariam o caos e a desordem.

Entretanto, os militares necessitavam de um amplo apoio para iniciar a conspiração, o que até o momento não havia ocorrido. Tais condições surgiram em março de 1964, após a Rebelião dos Marinheiros, amotinados na sede do Sindicato dos Metalúrgicos em São Cristóvão, no Rio de Janeiro, quando João Goulart decidiu anistiar todos os envolvidos. Tal decisão fez com que as altas patentes das Forças Armadas vissem o ato como um incentivo do presidente da República à quebra da hierarquia militar e à perda da disciplina que acabaria tendo como resultado um movimento revolucionário de esquerda, a conspiração comunista.

Esses fatores propiciaram a adesão dos principais líderes militares fazendo com que, no dia primeiro de abril de 1964, um governo democraticamente eleito fosse deposto. Grande parte da imprensa nacional apoiou o golpe de 1964, utilizando como justificativa os mesmos argumentos dos grupos civis/militares. De acordo com Aquino:

Acompanhando os editoriais de O Estado de São Paulo no período que antecede imediatamente ao golpe de 1964, observa-se o tom alarmista de crítica ao governo de João Goulart, apontando para as possibilidades de continuísmo presentes atrás de manobras do presidente, conclamando a sociedade civil e as Forças Armadas na defesa do que consideram como interesses gerais e direitos naturais dos homens e conspirando abertamente contra o governo instituído. Na seqüência, tomando os editoriais que sucederam o movimento armado de derrubada do presidente, nota-se que o OESP não somente apóia o golpe, mas encara-o como viva aspiração nacional (AQUINO, 1999. p. 42).

Além dos jornais, outros meios de comunicação assumiram uma postura favorável ao golpe, criando as condições necessárias para haver a adesão da opinião pública. Pregando a imagem de um governo revolucionário que restabeleceria a ordem e afastaria a ameaça socialista, assegurando assim a permanência da democracia brasileira, tais justificativas fizeram com que grande parcela da população acreditasse na insurreição política. Entretanto, os meios de comunicação de massa, utilizados para as manobras políticas dos grupos militares, logo perceberam que a “revolução” não reinstituiria plenamente as regras constitucionais. Iniciava, assim, um processo de censura aos órgãos difusores da informação.

Enquanto que a grande imprensa passou a temer as consequências futuras, percebeu-se que o jornal O Taquaryense adotou uma medida oposta, iniciando um amplo processo de apoio à “revolução”. Na edição de onze de abril de 1964, com o título “Restabelecida Normalidade no País”, o periódico descreve que o

novo governo restabelecia a ordem, criando em apenas uma semana uma benéfica reação na vida econômica brasileira e que o ato institucional havia sido criado a fim de descomunizar o país. Com o ato, estava assegurada a continuidade da democracia brasileira. Porém, o conteúdo real do Ato Institucional I acabou não sendo informado pelo periódico, já que as principais medidas adotadas, como os direitos políticos de cidadãos vistos como opositores ao regime entre eles congressistas, militares e governadores ficavam suspensos por dez anos podendo ainda ser cassado, preso e enquadrado como subversivo, não foram noticiados. Do mesmo modo, a eleição indireta do presidente da República foi institucionalizada. dessa forma, apenas os congressistas, que supostamente representavam os anseios e desejos da população, poderiam eleger o presidente da República. Nesta mesma edição, o semanário enalteceu os cidadãos taquarienses que foram inseridos nas pastas do novo governo entre eles podemos citar Arthur da Costa e Silva, Ministro da Guerra; Adroaldo Mesquita da Costa, Consultor Geral da República; General Antônio Junqueira Pereira, Interventor no Instituto de A. P. dos Marítimos; General Riograndino da Costa e Silva, Interventor no Instituto Brasileiro do Café.

A posição de apoio adotada pelo semanário permaneceu na edição de dezoito de abril com o título “Assumiu Presidência o Marechal Castelo Branco”. Nessa matéria, o semanário descreveu a posse presidencial do Marechal Castelo Branco, sendo vivamente festejada em todo o país, havendo em numerosas cidades o badalar dos sinos, o soar das sirenes das fábricas e as buzinas de automóveis, o que inclusive teria ocorrido na cidade de Taquari, onde o povo já percebia que uma nova ordem estava sendo estabelecida no país. O jornal argumentou que o desenvolvimento e o progresso da nação seriam rapidamente percebidos pela população, pois a restauração da tranquilidade e do decoro administrativo e a salvaguarda dos princípios democráticos cristãos já haviam sido reinstalados. Na mesma edição, o jornal *O Taquaryense* descreveu partes do discurso de posse do Marechal Castelo Branco, todas elas trazendo uma imagem de restauração da ordem, da liberdade e do desenvolvimento:

O meu governo será o das leis e das tradições e princípios morais e políticos que refletem a alma brasileira, o que vale dizer que será um governo firmemente voltado para o futuro, é certo que um constante sentimento de progresso e aperfeiçoamento constitui a marca e também o sentido da nossa história política e social”. Nossa vocação é a liberdade democrática, do governo da maioria com a colaboração e o respeito das minorias. Cidadãos, entre eles também, em expressiva atitude, as mulheres brasileiras, todos civis e soldados ergueram-se num dos mais belos e unânimes impulsos da nossa história, contra o desvirtuamento do regime. Creio firmemente na compatibilidade de desenvolvimento com os processos democráticos, mas não creio em desenvolvimento à sombra da orgia inflacionária, ilusão e flagelo dos menos favorecidos pela fortuna. Inflação e atraso devem ser atacados, já e já. E ninguém pode esperar destruí-lo sem dar de sua parte de trabalho e sacrifício, fonte única donde poderá fluir o bem estar e prosperidade de todos.

Conforme citado anteriormente, este meio de comunicação revelou uma postura favorável ao golpe civil/militar, manifestando apoio às medidas tomadas. Além de desenvolver uma postura ideológica, o semanário iniciou uma estratégia

de difundir uma imagem extremamente positiva dos EUA, sendo este país o modelo moral e político a ser seguido pelo Brasil. Na matéria de trinta de maio de 1964 a publicação apresentou essa característica, narrando um acontecimento ocorrido na cidade de Porto Alegre, onde um morador da cidade de Taquari teve sua carteira furtada e para sua surpresa, poucos dias após o roubo, a carteira acabou sendo devolvida. A surpresa está no fato de que o autor da narrativa, alegou que o acontecimento seria comum nos Estados Unidos, porém, não no Brasil. No entanto, essa situação estava sendo alterada graças à revolução de abril.

O fato que vamos relatar, pela sua originalidade, é da natureza daqueles que muitos julgam que só podem ocorrer em Norte América, país das surpresas, mas ocorreu realmente aqui mesmo. Em recente estada na Capital do Estado, o dr. Euclides Vieira Teixeira, cirurgião dentista aqui residente, teve batida a sua carteira, no interior de um elétrico da linha Petrópolis, na manhã do dia 18 do corrente. Continha a carteira a importância de dois mil e tantos cruzeiros, além de outros papéis, inclusive o endereço do proprietário e a passagem de ônibus para o regresso, naquele dia. De volta nesta cidade, foi aquele senhor surpreendido, no dia 20 do corrente, com a entrega pela Agência Postal local de sua carteira, acompanhada de uma carta assinada pelo sr. Vitor Ebling Sambaqui, Chefe do Serviço Volante do Correio, em Pôrto Alegre, com falta apenas do dinheiro. Na missiva, explicava aquele zeloso postalista que a carteira fôra recolhida em uma caixa coletora privativa do Correio, onde naturalmente foi lançada pelo gatuno, cujo gesto é difícil de explicar. São coisas que acontecem depois da Revolução de abril.

Em todas as edições no ano de 1964⁴, as matérias permaneceram justificando o golpe, caracterizando-o como uma revolução popular necessária para restaurar a dignidade do povo brasileiro e afastar a ameaça comunista. Além do mais, as mudanças governamentais acabariam com os privilégios de grupos que estavam ao lado do presidente deposto, retomando assim o desenvolvimento econômico. Na edição de 25 de abril de 1964, tendo como título de capa a frase “A revolução não foi feita para manter privilégios”, percebe-se essa relação:

Discursando em Ouro Preto, no dia 21 do corrente, na solenidade de encerramento da “Semana de Tiradentes”, em homenagem ao Protomartir da Independência, quando recebeu expressiva manifestação popular, o Presidente Castelo Branco afirmou: A revolução não foi feita para manter privilégios de quem quer que seja, mas para, em nome do povo e em seu favor, democratizar os benefícios do desenvolvimento e da civilização.

Também, em sua oração, o Governador de Minas, sr. Magalhães Pinto declarou: Que a revolução foi feita porque era preciso restaurar os padrões de dignidade em nossa vida pública, retomar o caminho da legalidade democrática e restituir a confiança ao espírito dos brasileiros. O Brasil – continuou o Governador – tem que recuperar o tempo perdido. Não pode cumprir o seu destino enquanto tiver 30 milhões de analfabetos marginalizados. Não pode estar à altura das responsabilidades enquanto a sua economia estiver na dependência da boa ou má vontade dos créditos externos. O milagre da recuperação será feito com leis, sem perseguições e ódios, com apaziguamento.

4 Desde a implementação do golpe de 64, o semanário publicou 27 matérias referentes a “revolução” todas difundindo uma imagem positiva sobre o acontecimento.

Outro método utilizado como difusor do ideal “revolucionário” está na edição de nove de maio de 1964, intitulada “Palestra sobre a Revolução”. A publicação fez menção à vinda de um tenente à cidade de Taquari a fim de dar explicações sobre os acontecimentos políticos e militares de 31 de março. Além disso, a matéria relatou a chegada de uma Comissão Investigadora, deixando claro o tom de ameaça sobre a sociedade, uma vez que seriam investigadas atividades subversivas na cidade:

A convite do tenente Osvaldo Marques de Souza, Delegado de Recrutamento neste município reuniram-se, terça-feira última na Prefeitura, autoridades locais, Chefes de Repartições Públicas e dirigentes de várias entidades sendo feita uma exposição por aquêle militar sôbre os acontecimentos políticos e militares de 31 de março. Também foi anunciada por S. S.^a a vinda a esta cidade de uma Comissão Investigadora, a fim de apurar atividades subversivas porventura ocorridas aqui. Característica semelhante pode ser observada na matéria publicada no dia 29 de agosto de 1964. Na capa, sob o título “Delegado Regional da 2ª Região Policial” relata a chegada do delegado de polícia sr. Olavo Fay Macedo e do inspetor Edson Silva que iriam interrogar pessoas residentes no município de Taquari que mantinham atividades subversivas anteriores à revolução de março. Em objeto de serviço de seu cargo, esteve ontem nesta cidade, o sr. Olavo Fay Macedo, Delegado Regional da 2ª Região Policial, acompanhado do sr. Edson Silva, Inspetor de Polícia. Sua viagem prendeu-se a fatos relacionados com atividades que precederam à Revolução de março, tendo sido interrogadas diversas pessoas aqui residentes.

Convém reiterar as matérias que descrevem as visitas do presidente Castelo Branco e do ministro da guerra Costa e Silva ao estado ou a outras regiões do país. As publicações são destacadas, havendo uma ampla cobertura sobre o evento. Em todas elas o jornal salienta o apreço popular por seus líderes. Em 02 de maio de 1964, sob o título “1º de Maio”, a publicação descreveu:

Em vários pontos do país foi comemorada a passagem do dia 1º de maio, desta vez sem as habituais ameaças de greve e outras agitações. Na praça da Sé, em São Paulo, realizou-se um encontro do Presidente Castelo Branco com as classes trabalhadoras paulistas, com grande afluência popular, a desperto da chuva que caiu na ocasião. Em seu discurso, o Chefe da Nação frizou que a Revolução não foi feita contra as conquistas sociais do trabalhador brasileiro, mas sim para aprimorá-las, sendo respeitados os direitos firmados nas convenções internacionais de trabalho [...].

Já na edição de capa de 23 de maio de 1964, com o título “Visita Rio Grande o Presidente Castelo Branco” o semanário descreve:

Foi festivamente recebido ontem, na Capital do Estado, o Presidente da República, Marechal Castelo Branco, em sua primeira visita oficial aos Estados. Faz parte da comitiva de S. Exa. O nosso conterrâneo General Artur da Costa e Silva, Ministro da Guerra. No desembarque o Presidente foi recebido pelo Governador Ildo Meneghetti e outras altas autoridades, tendo passado em revista forças militares. Em frente ao Palácio Piratini, onde se acha hospedado, foi prestada uma grande manifestação popular ao Marechal Castelo Branco, ovacionado por milhares de pessoas. Na oportunidade, realizou-se a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, promovida pelas senhoras portoalegrenses.

A manipulação dos fatos e a pretensão de agir sobre a opinião pública estavam atreladas à ideologia política criada pelos grupos golpistas, o que poderia permitir o controle da população. Através de um jornalismo opinativo, utilizado como instrumento de controle social, criaram-se os mecanismos de sustentação do poder. O objetivo do semanário era convencer a opinião pública de que estas medidas estavam sendo tomadas a fim de assegurar o bem-estar da população e manter as estruturas democráticas. Para tanto, o combate aos grupos comunistas se tornava primordial.

Convém lembrar que, na ótica dos grupos militares, a estrutura comunista permanecia enraizada nas instituições governamentais, o que justificava a manutenção do combate. Os militares estariam, assim, cumprindo com o seu papel de defender a pátria.

Pregando a imagem de um governo revolucionário, que havia restabelecido a ordem, afastando a ameaça comunista e assegurando a permanência da democracia, os meios de comunicação em geral, e o jornal *O Taquaryense*, em particular, contribuíram para legitimar o golpe de Estado e garantir o apoio de grande parcela da população. Tal postura se manteve mesmo após perceberem que os militares não iriam se afastar tão cedo do cenário político brasileiro e que as regras democráticas anteriores à intervenção de 1964 não seriam plenamente restabelecidas. De acordo com os propósitos dos golpistas, era preciso criar os mecanismos necessários para manter a adesão da opinião pública. Conforme Aquino (1999, p. 15) a preocupação dos governos militares, a partir de 1964, atingia a uma outra fase sobre o setor de comunicação social, a maneira como as informações seriam veiculadas aos cidadãos. Encarava-se como necessário o controle do material noticioso para preservar a imagem do regime, num exercício de ocultação que passava inclusive pela negação de visibilidade, ao leitor, de suas próprias condições de vida.

Engajado no apoio ao regime militar desde a sua implantação, em abril de 1964, *O Taquaryense*, não é demais lembrar, veiculou uma ideologia legitimadora do golpe em suas páginas. Através delas, expressou uma falsa impressão de que a liberdade política havia sido mantida e que o país, a partir deste momento, inauguraria um período de prosperidade. Tal ilusão, na ótica dos intervencionistas, necessitava de um mecanismo difusor do sistema ideológico para auxiliar na manutenção do poder. Iniciava, assim, o controle sobre os meios de comunicação, permitindo apenas a divulgação dos conteúdos considerados aptos pelos censores. O processo de censura aos órgãos de comunicação de massa estava implementado.

De acordo com Moreira Alves (1984, p. 136), a censura fazia parte da estratégia de um Estado autoritário, buscando criar a imagem de um país harmonioso e livre de conflitos, produzindo uma representação de nação democrática. Se as regras do jogo democrático haviam sido quebradas momentaneamente, o foram por extrema necessidade, uma vez que no período (1964) havia, segundo os mentores do golpe, a possibilidade de manobras continuístas por parte do presidente João Goulart, esse sim, interessado em destruir a liberdade no Brasil.

Tendo o controle sobre os meios de comunicação de massa, o regime militar necessitava que a estratégia adotada produzisse efeito, sendo necessário

criar um mecanismo de controle sobre o imaginário da população. A partir da construção de um inimigo oculto, o comunismo, visava-a atingir o inconsciente popular para obter adesão ao governo. Utilizando um noticiário dividido entre o bem - relacionado aos grupos “revolucionários” - e o mal - representado pelos comunistas -, O Taquaryense colaborou para a construção de um clima de temor em suas páginas. Aqui convém salientar que, por meio da utilização de um dos meios de comunicação de massa⁵, o jornalismo impresso, ou seja, a indústria do jornal acabou fortalecendo a construção do inimigo, provocando no imaginário coletivo um sentimento de incerteza e intranquilidade. Colaborou com a ideia de que somente um governo forte, centralizador e com plenos poderes conseguiria proteger a população e combater a guerra revolucionária em que se encontrava o país.

De acordo com esta temática, o semanário descreve em seis de maio de 1967:

Ninguém melhor do que o E.M.F.A. (Estado Maior das Forças Armadas) a nosso ver, conceituou o Brasil. Guerra Revolucionária é a guerra interna da concepção marxista-leninista de possível adoção por movimentos revolucionários diversos que apoiados em uma ideologia, estimulados e até mesmo, auxiliados do exterior visam à conquista do poder através do controle progressivo físico e espiritual da população sobre que é desencadeada, desenvolvendo-se segundo processo determinado com a ajuda de técnicos particulares e da parcela da população assim subvertida[...] Assim, enquanto os comunistas ameaçam céus e terras com seu decantado potencial nuclear, distraindo as grandes potências mundiais, obrigando-as a uma onerosa corrida armamentista, eles vão sobrepticamente aumentando o número de países que se atrelam como satélites a órbita solar de Moscou. Entre as vítimas da guerra revolucionária a mais recente foi Cuba e certamente outras viriam e virão se o mundo democrático não abrir os olhos e tomar a iniciativa de defender-se como ocorreu recentemente na República Dominicana e está ocorrendo no Vietname. É indispensável para tanto, a mobilização e a preparação da opinião pública contra a propaganda ostensiva e sublimar que é uma constante dos comunistas procurando sempre através de slogans surrados, mas nem por isso ineficazes, explorar as contradições internas dos países visados.

5 Existem outros meios de comunicação de massa, como a TV e o Rádio. Porém, será dado ênfase ao jornalismo por ser a fonte desta pesquisa.

Em virtude de o jornal o Taquaryense estar inserido entre os meios de comunicação de massa⁶, acabou adotando e apoiando esse mecanismo de dominação. Por meio de divulgação de um noticiário, tendo presente um forte cunho ideológico, a dominação sobre a sociedade acabou sendo sustentada a partir da relação de poder entre o noticiário ideológico e o Estado autoritário, os quais criariam os instrumentos de controle social. Tal mecanismo passou a ser intensamente utilizado a partir da edição de 28 de novembro de 1964. Sob o título “A Revolução Brasileira”, o semanário apresentou os fatos que desencadearam o golpe de 1964 e justificou a ação dos grupos militares através da publicação de uma mensagem captada de uma emissora de rádio de Moscou, que conclamava os comunistas brasileiros a cerrarem fileiras em torno do senador Juscelino Kubistcheck, declarando ser esta a única maneira de o comunismo sobreviver no Brasil. Igualmente, a apreensão em todo o país de toneladas de material subversivo, a descoberta de documentos na cidade de Niterói-RJ (que comprovavam os planos golpistas dos comunistas para maio de 1964) e a captura de um fornecimento de armas financiadas pelo governo cubano a João Goulart, também colaboraram para o jornal, em suas páginas, justificar a deposição do presidente em 1964, criando, assim, junto à opinião pública, as condições necessárias para a sustentação das Forças Armadas no poder.

Em outras palavras, as matérias do jornal O Taquaryense podem ser interpretadas como formas simbólicas⁷ da legitimação da dominação política exercida pelo regime militar naquele contexto. De acordo com Thompson (1995, p. 25), a análise das formas simbólicas pode ser conceitualizada mais apropriadamente em termos de um marco referencial metodológico que é descrito como “hermenêutica de profundidade”. Esse referencial evidencia o fato de que o objeto de análise é uma construção simbólica significativa e que exige uma

6 Conforme Thompson (1999 p. 287) a expressão “massa” deriva do fato de que as mensagens transmitidas pelas indústrias da mídia são, geralmente, acessíveis a audiências relativamente amplas. Esse é, certamente, o caso em alguns setores das indústrias da mídia e em alguns estágios de seu desenvolvimento, tais como a circulação massiva da imprensa e das grandes redes de televisão.

Contudo, noutros períodos do desenvolvimento das indústrias da mídia (por exemplo, no começo da indústria do jornal) e em alguns setores das indústrias da mídia hoje (por exemplo, editoras de livros e revistas), as audiências eram e permanecem relativamente pequenas e especializadas. Por isso, o termo “massa” não deve ser tomado em termos estritamente quantitativos; o ponto importante sobre comunicação de massa não é que um determinado número ou proporção de pessoas que receba os produtos, mas que os produtos estão, em princípio, disponíveis a uma pluralidade de receptores.

7 Entende-se por formas simbólicas “... um amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos.” THOMPSON,

John B. Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Rio de Janeiro: Vozes, 1999, p. 79. As formas simbólicas também se referem a outros meios de comunicação de massa, não apenas o jornal.

interpretação. Por essa razão, é necessário um amplo processo de interpretação, pois somente desse modo será possível fazer uma análise distintiva entre o campo-objeto. Todavia, as formas simbólicas estão também inseridas em contextos sociais e históricos de diferentes tipos e sendo construções simbólicas significativas, elas estão estruturadas internamente de várias maneiras. Para poder levar em consideração a contextualização social das formas simbólicas e suas características estruturais internas, é necessário empregar outros métodos de análise.

Vale considerar que o semanário explorou outro conteúdo para persuadir a opinião pública, abrangendo todas as camadas sociais. Através da análise sócio-histórica do município de Taquari, revelou-se um amplo apoio da Igreja Católica no processo de colonização da cidade⁸, o que acabou fortalecendo a sua presença na comunidade local. Explorando esses laços religiosos, o semanário fez uso do discurso religioso, o qual vinculava o comunismo ao ateísmo e ao fim da liberdade religiosa. Na edição de dezoito de setembro de 1967, o texto redigido pelo Serviço Militar do Município de Taquari descreveu:

Um dos pontos nevrálgicos das aspirações humanas é, sem dúvida, a liberdade religiosa. Aliás, o problema das liberdades fundamentais constitui o grande problema da humanidade para entender isso, empiricamente, basta ver como ninguém gosta de ser cercado, enclausurado, mesmo que seja em gaiola de ouro. A pessoa humana é intangível ressalvado o seu enquadramento na realidade social no que diz respeito a liberdade religiosa, mais do que outra qualquer, o assunto torna-se delicado, uma vez que a liberdade religiosa toca o âmago mais sagrado do ser humano, isto é a sua livre expressão com Deus. Assim, a liberdade religiosa entre os direitos fundamentais, é um dos mais fundamentais direitos dos homens. O que vemos no Comunismo? Muito simples. Vimos aquilo que ele é – ateu completamente. Isso é interessante compreender. Pois, para uma multidão de desavisados, gente, mesmo, de relativo índice de instrução, o problema da liberdade religiosa no comunismo parece mera questão de propaganda capitalista. Isso principalmente quando se enche a boca e diz: “Ah! Mas o comunismo de hoje, não é como antigamente?” “agora ele não é mais tanto contra a religião: Vejam, leitores, uma é a questão de comunismo como comunismo, outra a questão tática do comunismo. O comunismo é o que é. Se mudar não será mais o comunismo. O comunismo é ateu por natureza. O ateísmo faz parte do sistema filosófico da teoria marxista. Na construção do sistema não há lugar para a noção de Deus Matéria é a única realidade universal. Nada fora, nada acima, nada além da matéria. Então, o comunismo é ateu não porque Marx, Lenin, Kruchev tenham dito ou deixado de dizer mas eles disseram exatamente porque o Comunismo é de fato, ateu. E no altar macabro desse ateísmo vandálico foram involados milhões e milhões de vidas. A revista “Muskaya Myai” fala em nada menos do que 42.000 somente nos primeiros anos de implantação do regime comunista nos diversos países. Agora sim podemos trazer a público algumas citações sobre a questão. Marx: “Eu odeio todas as religiões”. Engels: “Nós declaramos guerra, uma vez por todas, à religião e pouco se nos está importando que nos chamem de ateus”. Kruchev: “... a propaganda científico – ateística é parte essencial de educação comunista”. Ainda Kruchev, o mestre do sorriso,

8 De acordo com o censo 2000 a cidade de Taquari possuía 25887 habitantes destes, 19856 pertenciam à Igreja Católica, representando 76,70 % da população da cidade.

em 1957 diz claramente: “Nós comunistas somos ateus”. O comunismo não mudou a sua conduta de combate a religião. O partido comunista sempre manteve e mantém ainda uma posição de ateísmo militante. Leitores, depois disso tudo se engana só quem quer.

Levando em consideração a contextualização social e o referencial metodológico citados anteriormente, a análise de a quem estava sendo dirigida essa forma simbólica se torna fundamental. Estando entre os assinantes⁹ do jornal dentistas, bancários, advogados, professores, pecuaristas, engenheiros, políticos, militares, funcionários públicos, agricultores e profissionais de outras áreas, percebe-se que tais indivíduos eram representantes de várias camadas sociais, tornando-se receptores de informações e conseqüentemente, formadores de opinião. Inseridos na sociedade, poderiam influenciar e propagar ideias favoráveis ao regime militar, tendo em vista seu alto grau de influência sobre a opinião pública da cidade de Taquari.

Conforme Thompson (1995, p. 79):

Há um [...] aspecto das formas simbólicas [...] o aspecto “contextual”, o qual indica que as formas simbólicas estão sempre inseridas em contextos e processos socialmente estruturados. Descrever esses contextos e processos como “socialmente estruturados” é dizer que existem diferenciações sistemáticas em termos da distribuição ou do acesso a recursos de vários tipos. As pessoas situadas dentro de contextos socialmente estruturados têm, em virtude de sua localização, diferentes quantidades e diferentes graus de acesso a recursos disponíveis. A localização social das pessoas e as qualificações associadas a essas posições, num campo social ou numa instituição, fornecem a esses indivíduos diferentes graus de “poder”, entendido neste nível como uma capacidade conferida a eles socialmente ou institucionalmente, que dá poder a alguns indivíduos para tomar decisões, conseguir seus objetivos e realizar seus interesses.

A presença da ideologia da classe dominante no jornal poderia fazer com que os indivíduos de todas as camadas sociais incorporassem a nova ordem social, mesmo que tal estrutura não alterasse as diferenças sociais. Ao mesmo tempo, é importante destacar a presença de cidadãos taquarienses, conforme visto anteriormente, nos altos escalões administrativos do governo militar, especialmente o presidente Arthur da Costa e Silva. A perspectiva criada pelas matérias do jornal, ou seja, de que o presidente nascido em Taquari pudesse trazer benefícios para os cidadãos taquarienses, contribuiria para despertar valores de prosperidade no imaginário de uma população “despolitizada” e “desinformada”. Devido à quantidade de matérias divulgadas pelo semanário¹⁰ relacionadas ao fato, essa análise se torna possível, como na edição de primeiro de outubro de 1966, que recebeu o título “Marechal Costa e Silva será eleito dia 03”:

9 Os nomes destes assinantes não serão citados; suas profissões foram encontradas no fichário de assinantes.

10 A partir desta edição, até a posse do presidente Costa e Silva em 15/03/1967, serão noticiadas seis matérias que exaltam o filho ilustre da cidade.

O Congresso Nacional está adotando todas as providências necessárias para a eleição do sucessor do Marechal Castelo Branco, que terá lugar no dia 03 de outubro vindouro. A direção nacional da Arena vem mobilizando suas bancadas na Câmara dos Deputados e Senado para assegurar o quorum necessário para a eleição do Marechal Arthur da Costa e Silva, ex Ministro da Guerra e único candidato inscrito, o qual continua percorrendo o país para manter contatos com governantes e governados, numa campanha de exposição de seu programa de governo e para auscultar as aspirações e reivindicações populares. Ao que tudo indica, está assegurada a eleição de nosso ilustre conterrâneo Marechal Costa e Silva à Presidência da República, cuja posse dar-se á em março do próximo ano, antevendo-se o ingresso do país na ordem democrática, sob os são princípios, que inspiraram a Revolução de Março, da qual a S. Exa. foi um dos expoentes. As eleições diretas para a Câmara e Senado estão marcadas para o dia 15 de novembro.

Já na edição de dezoito de março de 1967, que tinha como título “Marechal Arthur da Costa e Silva na Presidência da República”, a matéria descreve a posse do Marechal Arthur da Costa e Silva frente à presidência da República utilizando um tom mais brando:

Cercado de um ambiente de simpática expectativa e confiança, que se observa em todo o país, assumiu, no dia 15 do corrente, a suprema magistratura nacional o nosso preclaro conterrâneo Marechal Arthur da Costa e Silva, que sucede no governo da República, o ilustre Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, cuja administração revolucionária caracterizou-se pela firmeza dos seus atos e inequívoco desejo de encontrar a melhor solução para os problemas brasileiros. O compromisso do novo e do vice-presidente, dr. Pedro Aleixo, foi prestado perante o Congresso Nacional presidido pelo senador Auro de Moura Andrade, estando as galerias da Casa literalmente lotadas. Para assistir à posse do Marechal Costa e Silva, viajaram a Brasília o prefeito Libório Fregapani e sua exma. Espôsa, vereadores Nildo Flores da Silva, Homero L. Martins e Antonio R. Santos, sr. José Leite Costa e exma. Espôsa, sr. Léo Wienandts, revma. Madre Bertila e sra. Ceci S. Olsen.

Tal comprometimento com o regime militar ia ao encontro da linha editorial pretendida pelo novo regime, utilizando a estratégia do ocultar a sua própria existência, na qual a violência e a repressão não poderiam ser informadas. O semanário passou a oferecer representações simbólicas, favoráveis ao governo em suas páginas, o que poderia influenciar o imaginário popular. A estratégia de dominação, expressada sob formas simbólicas veiculadas no jornal, acabou fazendo com que a realidade concreta desaparecesse, alterando a informação e divulgando as ações que beneficiariam a população. Vale a pena considerar que, mesmo que o jornal *O Taquaryense* não tivesse um grande número de assinantes¹¹, podia ser caracterizado como um meio da comunicação de massa, pois o termo não se refere à quantidade de pessoas atingidas pelo veículo de comunicação, e sim, a sua finalidade. A transmissão da mensagem passa do transmissor - o jornal - para o

11 O número exato de assinantes, neste período, não foi descoberto, mas, conforme pesquisas realizadas em documentos do jornal entre as décadas de 1970 e 1980 o semanário possuía em torno de 1.000 assinantes.

receptor - o leitor. Não custa repetir que os assinantes do semanário faziam dessa comunicação de massa, pois tinham acesso à representação simbólica da ideologia publicada no jornal. Aquele que lesse o conteúdo, portanto, poderia transmitir a ideia a outro indivíduo que, através de uma conversa, reproduziria a opinião central do conteúdo noticioso a outras pessoas.

Ao longo das edições, entre as muitas matérias veiculadas sobre as questões políticas, é importante destacar a edição de 21 de dezembro de 1968, que marcou o início do período de chumbo do regime militar. Através da instalação do AI-5, o Congresso Nacional ficou fechado por tempo indeterminado (só voltaria a funcionar em 22 de outubro de 1969), dando amplos poderes ao chefe do Estado. Era o período em que ocorreram as prisões em massa de opositores e a cassação de parlamentares contrários ao regime. Sob o título “Governo editou o Ato Institucional número 05”, o *Taquaryense* descreveu boa parte das medidas inconstitucionais impostas. Entretanto, alegou que a nova ordem política foi recebida com tranquilidade em todo o país, registrando-se numerosas manifestações de solidariedade ao ato governamental.

Em pronunciamento feito através de uma rede nacional de emissoras, no dia 13 do corrente, o Ministro da Justiça, Gama e Silva, após fazer uma análise da situação política nacional em que destacou os propósitos e esforços do Governo da República para estabelecer a ordem democrática, assegurando a paz e o desenvolvimento ao país, os quais esbarravam no recrudescimento das atividades subversivas e manifestações de revanchismo dos inimigos da Revolução Brasileira, anunciou a edição do A.I. 05 pelo presidente Costa e Silva, com o referendo de todo o ministério, com prévia audiência do Conselho de Segurança Nacional. Em seus dispositivos o A.I. Faculta a decretação do recesso parlamentar, abrangendo o congresso nacional, assembleias legislativas e câmaras municipais dentro ou fora de estado de sítio, cabendo ao Executivo correspondente legislar nas matérias previstas na Constituição ou Leis Orgânicas dos Municípios. Nomeação de interventores sempre que necessário. Cassação de direitos políticos e mandatos eletivos, não havendo substituição para os cassados nas casas legislativas. Suspensão das garantias de vitaliciedade, irremovibilidade e estabilidade, mediante investigação. Suspensão da garantia de habeas-corpus nos casos de crimes contra a Segurança Nacional, à Ordem econômica e Social e à Economia Popular. Simultaneamente, foi baixado o Ato Complementar nº 38, decretando o recesso parlamentar do congresso nacional. A nova ordem política foi recebida com tranquilidade em todo o país, registrando-se numerosas manifestações de solidariedade ao ato governamental.

Entre as primeiras demonstrações de apoio figurou a do Governador Peracchi de Barcelos, em espresiva mensagem ao presidente Costa e Silva. Também o prefeito Liborio Fregapani dirigiu ao Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, o seguinte telegrama: Expressamos eminente Presidente nossa solidariedade decisão tomada legítimos interesses nação. Saudações.

Durante o ano de 1969¹², a representação ideológica que estava inserida nas matérias do jornal *O Taquaryense* desempenhando os interesses do regime militar, permaneceram ativas. Produzindo, construindo e disseminando matérias que auxiliavam a manutenção do poder, esta metodologia acabou sendo a característica do jornalismo político até a saída do presidente Costa e Silva¹³. Fica evidente que, mesmo o presidente Costa e Silva tendo iniciado o período mais duro do regime militar, fortalecendo a perseguição política e a repressão, o jornal *O Taquaryense* permaneceu distorcendo as informações em defesa de uma ideologia legitimadora do golpe, na qual a propaganda anticomunista permaneceu sendo explorada.

Enfim, a análise das matérias sobre as questões políticas publicadas no jornal *O Taquaryense* entre 1964 e 1969, percebeu-se o amplo apoio destinado pelo semanário às medidas adotadas pelo regime militar. Classificando-as como necessárias para a manutenção da ordem e do afastamento da ameaça comunista, acabaram servindo como justificativa para a sustentação do poder. Muito mais do que informar os motivos que desencadearam o golpe, as publicações do periódico revelaram um tom extremamente opinativo, buscando convencer a opinião pública de que as atitudes impostas pelos militares seriam benéficas para a sociedade brasileira. A ideologia política objetivava convencer a opinião pública de que as medidas adotadas pelo regime militar estavam sendo tomadas a fim de assegurar o bem-estar da população, mantendo as estruturas democráticas para tanto. O combate aos grupos comunistas se tornava primordial, já que a organização comunista não havia sido derrotada.

Defendendo o regime militar desde a sua implementação, *O Taquaryense* veiculou uma ideologia legitimadora do golpe a fim de auxiliar a manutenção do poder. A partir da construção de um inimigo oculto - o comunismo -, visava a atingir o inconsciente popular, buscando provocar no imaginário coletivo um sentimento de incerteza e de intranquilidade, dando, assim, legitimidade frente às medidas tomadas. Esse inimigo acabou sendo criado por meio de divulgação de um noticiário com um forte cunho ideológico. Assim, a dominação sobre a sociedade acabou sendo sustentada a partir da relação de poder entre o noticiário ideológico e o Estado autoritário, os quais criariam os instrumentos de controle social. Nesse sentido, conclui-se que o periódico abriu espaço em suas páginas para divulgar um conteúdo noticioso, opinativo, parcial e invariavelmente fiel ao regime político

12 Entre os meses de janeiro a outubro de 1969 foram publicadas 27 matérias ligadas às questões políticas e econômicas do Brasil. Entre elas destaco as seguintes: 11/01/1969 – Enriquecimento ilícito; 25/01/1969 – De Galho em Galho; 01/02/1969 – A intrepidez silenciosa; 23/02/1969 – Economia paulista continua crescendo; 30/02/1969 – Previdência social pioneira; 19/07/1969 – Brasil terá a maior frota mercante da América do Sul; 02/08/1969 – Recôncavo baiano produz mais 5.600.000 barris de petróleo;

13 A saída do presidente Costa e Silva acabou sendo divulgada pelo jornal *O Taquaryense* no dia 11/10/1969 – No dia 30 de outubro de 1969, o general Emílio Garrastazu Médici assume a presidência.

instalado a partir de 1964, contribuindo, assim, para a propagação de uma ideologia legitimadora do poder.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição (1964 – 1984)**. Petrópolis / Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1984.
- AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968 – 1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento**. Bauru: EDUSC, 1999.
- BRIGGS, Asa. **Uma história social da mídia: de Gutemberg à Internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto / EDUSP, 1988.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. **Domínio da História: ensaios de teoria e metodologia** / Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (Orgs.). - Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- COSTELLA, Antônio F. **O controle da informação no Brasil**. Petrópolis / Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1970.
- DALMÁZ, Mateus. **A imagem do terceiro reich na revista do globo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do estado ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis / Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1981.
- ELMIR, Cláudio Pereira. **Armadilhas do Jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica**. Cadernos PPG em História da UFRGS. Porto Alegre, dezembro de 1995.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **A Trajetória Política de João Goulart**. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart/>. Acesso em: 17 nov. 2006.
- GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GUARESCHI, Pedrinho (Coord.). **Comunicação e controle social**. Petrópolis / Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1991.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos e MOREL, Marco (Orgs.). **História e imprensa: homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos: anais do colóquio**. Rio de Janeiro: UERJ, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.
- RÜDIGER, Francisco Ricardo. **Tendências do jornalismo**. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 1993.
- SADER, Emir. **A transição no Brasil da ditadura à democracia?** São Paulo: Atual, 1990.

SILVA, Hélio. **1964: Vinte anos de golpe militar**. Porto Alegre: Editora L&PM 1985.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4. ed. (atualizada). Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2004.

ZICMAN, René Barata. História Através da Imprensa - Algumas Considerações Metodológicas. **Revista História e Historiografia**, n. 4. São Paulo: EDUC, jun., 1985.